



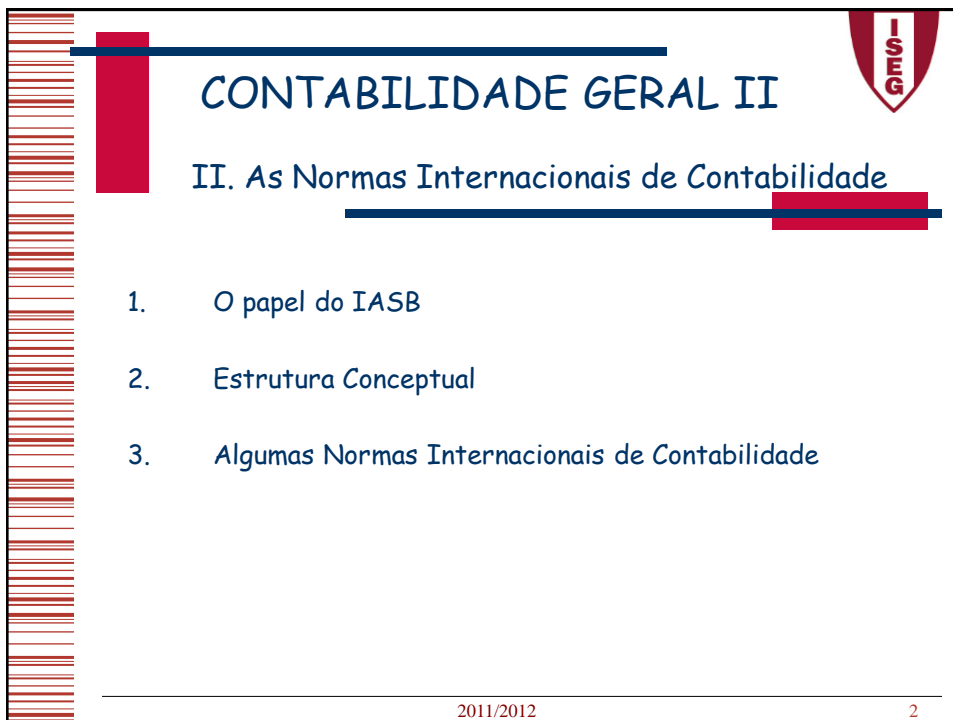
Contabilidade Geral II


Gestão/Economia/Finanças/MAEG

2011/2012

 100
1911-2011
ANOS

100 ANOS A PENSAR NO FUTURO






CONTABILIDADE GERAL II

II. As Normas Internacionais de Contabilidade

1. O papel do IASB
2. Estrutura Conceptual
3. Algumas Normas Internacionais de Contabilidade

2011/2012 2



CONTABILIDADE GERAL II


II. As Normas Internacionais de Contabilidade

1. O Papel do IASB

IASB - *International Accounting Standards Board*

- Organização privada e independente com sede em Londres;
- Reúne mais de 140 instituições de cerca de 120 países;
- Criada em 1973 sob a denominação de IASC - *International Accounting Standards Committee*;
- Reestruturação em 2001.

2011/2012 3



CONTABILIDADE GERAL II

II. As Normas Internacionais de Contabilidade

1. O Papel do IASB

IASB - Missão

- Elaborar um conjunto de normas contabilísticas elevada qualidade;
- Cooperar com os organismos nacionais que definem os *standards* contabilísticos, por forma a obter a convergência desses *standards* em todo o mundo.

IASB - Objectivos

- Formular e publicar as Normas Internacionais de Contabilidade;
- Promover a aceitação e cumprimento das Normas a nível mundial.

2011/2012 4



CONTABILIDADE GERAL II

II. As Normas Internacionais de Contabilidade


1. O Papel do IASB

Estrutura Conceptual para a preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras - *Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements (the IASB Framework)*;

IFRS e IAS - Normas Internacionais de Relato Financeiro (*International Financial Reporting Standards*) e Normas Internacionais de Contabilidade (*International Accounting Standards*);

IFRIC e SIC - Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade - *Interpretations of Financial Reporting Standards*.

2011/2012 5



CONTABILIDADE GERAL II

II. As Normas Internacionais de Contabilidade

1. O Papel do IASB

Aplicação em Portugal

DC 18: Hierarquia de aplicação das normas

1. Plano Oficial de Contabilidade (POC)
2. Directrizes Contabilísticas e respectivas interpretações
3. IAS/IFRS e respectivas interpretações (aplicação supletiva)


Regulamento CE nº 1606/2002 e o Decreto-Lei 35/2005

Início 2005, obrigatório: Contas consolidadas das empresas cotadas em bolsa;

Início 2005, opção: Todas as entidades com DF objecto de CLC, mas sem dispensa de POC;

Início 2010: SNC

2011/2012 6



CONTABILIDADE GERAL II


II. As Normas Internacionais de Contabilidade

2 - Estrutura Conceptual

Finalidade

- Conjunto de conceitos fundamentais que orientam o processo de preparação e a apresentação das demonstrações financeiras;
- Base sobre a qual assentam as IAS/IFRS;
- Se surgirem conflitos entre as normas e a estrutura conceptual, irá prevalecer as disposições da norma específica.

2011/2012 7



CONTABILIDADE GERAL II


II. As Normas Internacionais de Contabilidade

2. Estrutura Conceptual

Âmbito

- Objectivo das Demonstrações Financeiras;
- Características Qualitativas que determinam a utilidade da informação nas DFs;
- Definição, Reconhecimento e Valorimetria dos elementos a partir dos quais se constroem as DFs;
- Conceitos de Capital e manutenção de Capital.

2011/2012 8



CONTABILIDADE GERAL II

II. As Normas Internacionais de Contabilidade


2. Estrutura Conceptual

Objectivos das DFs

Proporcionar informação sobre a posição financeira, de desempenho e das alterações na posição financeira de uma entidade a um conjunto alargado de utentes.

- Posição financeira:
 - Evidenciada no Balanço
 - Afectada pelos recursos económicos detidos, pela estrutura financeira e pela liquidez e solvabilidade da entidade.

2011/2012 9



CONTABILIDADE GERAL II

II. As Normas Internacionais de Contabilidade

2. Estrutura Conceptual

Objectivos das DFs

- Posição de desempenho:
 - Evidenciada na Demonstração de Resultados
 - Permite avaliar o retorno que a entidade obtêm a partir dos recursos que controla.
- Alterações na posição financeira:
 - Evidenciada na Demonstração de Fluxos de Caixa
 - Permite avaliar a forma de obtenção e utilização dos fluxos de caixa

2011/2012 10



CONTABILIDADE GERAL II

II As Normas Internacionais de Contabilidade

2. Estrutura Conceptual


Pressupostos subjacentes

- Regime de Acréscimo
- Empresa em Continuidade

Características qualitativas

- 1- **Compreensibilidade** - Rapidamente compreensível pelos utentes
- 2- **Relevância** - Tem impacto nas decisões pela sua natureza - carácter qualitativo, e pela sua materialidade - carácter quantitativo)

2011/2012 11



CONTABILIDADE GERAL II


II. As Normas Internacionais de Contabilidade

2. Estrutura Conceptual

Características qualitativas

- 3 - **Fiabilidade** - Digna de confiança
 - Representação fidedigna (de operações e de acontecimentos);
 - Substância sobre a forma (realidade económico e não a jurídica);
 - Neutralidade (informação livre de preconceitos);
 - Prudência (inclusão de certo grau de precaução, sem criação de reservas e provisões ocultas);
 - Plenitude (informação completa adentro das fronteiras da materialidade e do custo).
- 4 - **Comparabilidade** - As DFs devem ser comparáveis através do tempo e entre diferentes entidades

2011/2012 12



CONTABILIDADE GERAL II

II. As Normas Internacionais de Contabilidade


2. Estrutura Conceptual

Características qualitativas

Restrições na informação relevante e fiável

- Tempestividade (informação em tempo útil);
- Balanceamento entre benefício e custo (benefícios da informação devem exceder custo);
- Balanceamento as características qualitativas.

2011/2012 13



CONTABILIDADE GERAL II

II. As Normas Internacionais de Contabilidade

2. Estrutura Conceptual

Definição dos Elementos das DFs


Activo

Recursos controlados por uma entidade em resultado de eventos passados e dos quais se espera que fluam **benefícios económicos futuros**.

Passivo

Obrigações presentes da entidade resultante de eventos passados, da liquidação das quais se espera que resulte na saída de recursos que incorporam benefícios económicos.

2011/2012 14



CONTABILIDADE GERAL II

II. As Normas Internacionais de Contabilidade

2. Estrutura Conceptual

Definição dos Elementos das DFs


Capital Próprio

Valor residual dos activos da entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Gastos

Diminuições nos benefícios económicos futuros durante o período contabilístico na forma de utilização ou de redução de activos ou da contracção de passivos que resultem em **diminuições de capital próprio**, que não sejam as relacionadas com as distribuições aos sócios ou accionistas.

2011/2012 15



CONTABILIDADE GERAL II

II. As Normas Internacionais de Contabilidade


2 - Estrutura Conceptual

Definição dos Elementos das DFs

Rendimentos

Aumentos nos benefícios económicos futuros durante o período contabilístico na forma de obtenção ou melhoria de activos ou diminuição de passivos que resultem em **aumentos do capital próprio**, que não sejam os relacionados com as contribuições dos sócios ou accionistas.

2011/2012 16



CONTABILIDADE GERAL II

II. As Normas Internacionais de Contabilidade


2. Estrutura Conceptual

Reconhecimento dos Elementos das DFs

Forma de incorporação nas demonstrações financeiras de um item:

- Definição de elemento
- For provável que qualquer benefício económico futuro fluirá da ou para a entidade;
- For possível mensurar o valor com fiabilidade

2011/2012 17



CONTABILIDADE GERAL II

II. As Normas Internacionais de Contabilidade

2. Estrutura Conceptual


Mensuração dos elementos das DFs

Processo de determinar as quantias monetárias pelas quais os elementos devem ser inscritos nas DFs

- Custo histórico - quantia paga no momento da aquisição;
- Custo corrente - quantia que seria necessário pagar para adquirir no momento presente;
- Valor realizável - quantia que se poderia obter na alienação no momento presente;
- Valor presente - valor actual (presente) dos fluxos de caixa.

2011/2012 18






CONTABILIDADE GERAL II


II. As Normas Internacionais de Contabilidade

3. Algumas Normas Internacionais de Contabilidade

- IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras**
- IAS 2 - Inventários
- IAS 16 - Activos Fixos Tangíveis
- IAS 36 - Imparidade de Activos
- IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes
- IAS 38 - Activos Intangíveis

2011/2012 19








CONTABILIDADE GERAL II

II. As Normas Internacionais de Contabilidade

IAS 1 - Âmbito

- Componentes das demonstrações financeiras;
- Requisitos mínimos do conteúdo das demonstrações financeiras;
- Estrutura das demonstrações financeiras.

2011/2012 20

CONTABILIDADE GERAL II




II. As Normas Internacionais de Contabilidade

IAS 1 - Componentes das DFs

O conjunto completo de demonstrações financeiras inclui:

- (a) uma demonstração da posição financeira no final do período;
- (b) uma demonstração do rendimento integral do período;
- (c) uma demonstração de alterações no capital próprio do período;
- (d) uma demonstração dos fluxos de caixa do período;
- (e) notas.

2011/2012 21




CONTABILIDADE GERAL II

II. As Normas Internacionais de Contabilidade

IAS 1 - Finalidade das demonstrações financeiras

O objectivo das demonstrações financeiras é o de proporcionar informação acerca da posição financeira, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa de uma entidade que seja útil a uma vasta gama de utentes na tomada de decisões económicas.

2011/2012 22






CONTABILIDADE GERAL II

II. As Normas Internacionais de Contabilidade

IAS 1 - Requisitos mínimos das DFs

- Conformidade com as IFRS e IAS
- Informação comparativa
- Regime da continuidade e do acréscimo
- Consistência
- Princípio da não compensação
- Materialidade e agregação

2011/2012 23



CONTABILIDADE GERAL II


II. As Normas Internacionais de Contabilidade

IAS 1 - Estrutura das DFs

Demonstração da posição financeira (Balanço)

- Classificação preferencial: os elementos do balanço devem ser classificados em **corrente versus não corrente**;
- Classificação de excepção: os elementos devem ser apresentados por ordem de **liquidez** (crescente ou decrescente).

2011/2012 24



CONTABILIDADE GERAL II


II. As Normas Internacionais de Contabilidade

IAS 1 - Estrutura das DFs

Activos correntes

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido, no decurso normal do **ciclo operacional** da entidade (ex.: inventários);
- Está detido essencialmente para a **finalidade de ser negociado** (ex.: títulos negociáveis);
- Espera-se que seja realizado num período **até doze meses** após a data do balanço (ex.: uma dívida a receber de curto prazo); ou
- É **caixa ou seu equivalente**, desde que não exista restrições à sua utilização por prazo superior a 12 meses.

2011/2012 25



CONTABILIDADE GERAL II


II. As Normas Internacionais de Contabilidade


IAS 1 - Estrutura das DFs

Activos não correntes

Todos os outros activos que não sejam classificados em activos correntes.

2011/2012 26





CONTABILIDADE GERAL II


II. As Normas Internacionais de Contabilidade


IAS 1 - Estrutura das DFs

Passivos correntes

- Espera-se que seja liquidado durante o **ciclo operacional** normal da entidade;
- Está detido essencialmente para a **finalidade de ser negociado**;
- Deverá ser liquidado num período **até doze meses** após a data do balanço; ou
- A entidade não tem um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

2011/2012 27





CONTABILIDADE GERAL II


II. As Normas Internacionais de Contabilidade

IAS 1 - Estrutura das DFs

Passivos não correntes

Todos os outros passivos que não sejam classificados em passivos correntes.

2011/2012 28



CONTABILIDADE GERAL II


II. As Normas Internacionais de Contabilidade

IAS 1 - Estrutura das DFs

Os elementos mínimos a incluir na face do Balanço são:

- Activos fixos tangíveis;
- Activos intangíveis;
- Activos financeiros (excepção d), f) e g));
- Investimentos contabilizados pelo MEP;
- Inventários;
- Dívidas a receber comerciais e outras;
- Caixa e seus equivalentes;
- Dívidas a pagar comerciais e outras;
- Passivos e activos por impostos diferidos;
- Provisões;
- Passivos não correntes que vençam juros;
- Interesses minoritários;
- Capital social e reservas.

2011/2012 29



CONTABILIDADE GERAL II

II. As Normas Internacionais de Contabilidade




IAS 1 - Estrutura das DFs

Demonstração do rendimento integral (DR)

Uma entidade deve apresentar todos os itens de rendimentos e de gastos reconhecidos num período:

- numa única demonstração do rendimento integral; ou
- em duas demonstrações:
 - uma demonstração que mostre componentes dos **lucros ou prejuízos** (demonstração dos resultados separada) e
 - uma segunda demonstração que comece com os lucros ou prejuízos e mostre componentes de **outro rendimento integral** (demonstração do rendimento integral).

2011/2012 30

CONTABILIDADE GERAL II




II. As Normas Internacionais de Contabilidade

IAS 1 - Estrutura das DFs

Demonstração do rendimento integral (DR)

- A norma prevê dois métodos de classificação dos gastos:
 - Gastos por natureza
 - Gastos por função
- A escolha do método deve basear-se na apresentação mais apropriada para evidenciar a posição de desempenho.

2011/2012 31

CONTABILIDADE GERAL II


II. As Normas Internacionais de Contabilidade

IAS 1 - Estrutura das DFs

Os elementos mínimos a incluir na demonstração do rendimento integral:

- a) Réditos;
- b) Custos financeiros;
- c) Participação nos lucros e perdas de associadas (MEP);
- d) Gastos de impostos;
- e) Resultados das actividades descontinuadas;
- f) Lucros ou prejuízos;**
- g) Cada componente de outro rendimento integral classificado pela sua natureza (excluindo as quantias na alínea h)
- h) Participação em outro rendimento integral de associadas e de empreendimentos conjuntos contabilizados MEP; e
- (i) **Rendimento integral total.**

2011/2012 32



CONTABILIDADE GERAL II


II. As Normas Internacionais de Contabilidade

IAS 1 - Estrutura das DFs

Demonstração de Alterações no C.P.

- ❑ As alterações no capital próprio de uma entidade reflecte o aumento ou diminuição nos seus activos líquidos durante um período.
- ❑ A alteração global no capital próprio reflecte:
 - os ganhos e perdas totais gerados pelas actividades da entidade durante um período
 - as transacções com os proprietários na sua qualidade de proprietários.

2011/2012 33



CONTABILIDADE GERAL II





II. As Normas Internacionais de Contabilidade

IAS 1 - Estrutura das DFs

Esta demonstração evidencia:

- ❑ o rendimento integral total do período;
- ❑ efeito cumulativo de alterações de políticas contabilísticas e a correcção de erros fundamentais;
- ❑ transacções com os proprietários na sua qualidade de proprietários (contribuições e distribuições)

2011/2012 34



CONTABILIDADE GERAL II





II. As Normas Internacionais de Contabilidade

IAS 1 - Estrutura das DFs

Demonstração dos Fluxos de Caixa

- A IAS 7 estabelece os requisitos mínimos para a sua apresentação.
- Esta demonstração evidencia a capacidade da empresa gerar dinheiro e seus equivalentes e as necessidades desses fluxos.

2011/2012 35



CONTABILIDADE GERAL II


II. As Normas Internacionais de Contabilidade

IAS 1 - Estrutura das DFs

Notas

Incluem narrativas ou análises mais pormenorizadas de quantias evidenciadas nas faces das demonstrações financeiras e informação adicional.

2011/2012 36



CONTABILIDADE GERAL II


II. As Normas Internacionais de Contabilidade

IAS 1 - Estrutura das DFs

As Notas devem evidenciar:

- ❑ declaração da conformidade com as normas internacionais de contabilidade
- ❑ exposição das bases de mensuração e das políticas contabilísticas aplicadas
- ❑ informação de suporte de itens apresentados nas demonstrações financeiras
- ❑ proporcionar informação adicional não apresentada nas demonstrações financeiras
- ❑ divulgar a informação exigida pelas normas internacionais de contabilidade que não seja apresentada noutro lugar

2011/2012
37






CONTABILIDADE GERAL II

II. As Normas Internacionais de Contabilidade

3. Algumas Normas Internacionais de Contabilidade

- ❑ IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras
- ❑ **IAS 2 - Inventários**
- ❑ IAS 16 - Activos Fixos Tangíveis
- ❑ IAS 36 - Imparidade de Activos
- ❑ IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes
- ❑ IAS 38 - Activos Intangíveis

2010/2011
38

CONTABILIDADE GERAL II




II. As Normas Internacionais de Contabilidade

IAS 2 - Inventários

- Esta norma aplica-se no tratamento contabilístico dos inventários.
- Os aspectos principais desta norma prendem-se com a determinação do montante a reconhecer inicialmente como custo (valor de aquisição) e com a mensuração subsequente.

39

2010/2011

CONTABILIDADE GERAL II




II. As Normas Internacionais de Contabilidade

IAS 2 - Âmbito:

- Definição
- Reconhecimento inicial
- Mensuração (valor e fórmulas de custeio)
- Reconhecimento como gasto
- Outras técnicas de mensuração

40

2010/2011



CONTABILIDADE GERAL II




II. As Normas Internacionais de Contabilidade

IAS 2 - Definição

Os inventários são activos:

- destinados para venda no decurso normal da actividade da empresa;
- obtidos no processo de produção para tal venda;
- incorporados na forma de materiais a serem consumidos no processo produtivo ou na prestação de serviços.

2010/2011 41



CONTABILIDADE GERAL II


II. As Normas Internacionais de Contabilidade


IAS 2 - Reconhecimento inicial

A partir do momento que seja:

- Controlado pela entidade como resultado de acontecimentos passados;
- Expectável a obtenção de benefícios económicos futuros para a entidade.

2010/2011 42





CONTABILIDADE GERAL II


II. As Normas Internacionais de Contabilidade


IAS 2 - Mensuração

Os inventários são mensurados pelo **mínimo** entre:

- **Custo**
 - Custo aquisição
 - Custo de conversão/trans formação
- **Valor realizável líquido**

2010/2011 43








CONTABILIDADE GERAL II

II. As Normas Internacionais de Contabilidade

IAS 2 - Mensuração

- Custo de aquisição
preço de compra + direitos de importação ou outros impostos não reembolsáveis + custos de transporte + outros custos de aquisição atribuíveis aos inventários - descontos comerciais e abatimentos
- Custo de conversão
 - ✓ Custos directos - MP e MOD
 - ✓ Custos indirectos variáveis - GGF
 - ✓ Outros custos indirectos fixos - GGfF

2010/2011 44




CONTABILIDADE GERAL II

II. As Normas Internacionais de Contabilidade

IAS 2 - Mensuração

- Valor realizável líquido
 preço estimado de venda no decurso normal da actividade da empresa - custos estimados de conclusão (caso existam) - custos estimados necessários para efectuar a venda

2010/2011 45

CONTABILIDADE GERAL II


II. As Normas Internacionais de Contabilidade


IAS 2 - Mensuração

Determinação do Valor realizável líquido

- Finalidade da detenção do inventário;
- Estimativas baseadas nas provas mais fiáveis disponíveis no momento quanto à quantia que se espera que os inventários venham a realizar.
- Em cada período é necessário efectuar uma nova avaliação do valor realizável líquido.

2010/2011 46






CONTABILIDADE GERAL II


II. As Normas Internacionais de Contabilidade

IAS 2 - Mensuração

- Inventários devem ser diminuídos (*write down*) até atingir o valor realizável líquido.
- Quando o valor realizável líquido aumentar ou as situações que originaram a redução dos inventários em anos anteriores deixarem de existir, a quantia da redução é revertida até ao limite da quantia original.

2010/2011 47





CONTABILIDADE GERAL II

II. As Normas Internacionais de Contabilidade

IAS 2 - Mensuração


Fórmulas de custeio (mensuração do custo das saídas):

- Custo específico
- FIFO
- CMP

A empresa deve utilizar a mesma forma de medição de custo para todos os tipos de inventários desde que tenham a mesma natureza e mesma utilização

2010/2011 48

CONTABILIDADE GERAL II



II. As Normas Internacionais de Contabilidade

IAS 2 - Reconhecimento como um gasto

- Quando os inventários são vendidos, conjuntamente com o respectivo rédito;
- No período em que a redução do custo dos inventários para o valor realizável líquido ocorra;
- No período em que a reversão da situação anterior ocorra (redução ao gasto dos inventários).

2010/2011
49

CONTABILIDADE GERAL II






II. As Normas Internacionais de Contabilidade

3. Algumas Normas Internacionais de Contabilidade

- IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras
- IAS 2 - Inventários
- **IAS 16 - Activos Fixos Tangíveis**
- IAS 36 - Imparidade de Activos
- IAS 38 - Activos Intangíveis
- IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes

2011/2012
50






CONTABILIDADE GERAL II

II. As Normas Internacionais de Contabilidade

IAS 16 - Activos Fixos Tangíveis

- Esta norma aplica-se no tratamento contabilístico dos activos fixos tangíveis.
- Os aspectos principais desta norma prendem-se com a determinação do montante a reconhecer inicialmente como custo (valor de aquisição) e com a mensuração subsequente.

2011/2012 51






CONTABILIDADE GERAL II

II. As Normas Internacionais de Contabilidade

IAS 16 - Âmbito

- Definição
- Reconhecimento
- Mensuração inicial
- Mensuração subsequente
- Desreconhecimento

2011/2012 52



CONTABILIDADE GERAL II




II. As Normas Internacionais de Contabilidade

IAS 16 - Definição

Consideram-se activos fixos tangíveis os elementos que:

- Sejam detidos para utilização na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para arrendamento a outros, ou para fins administrativos;
- Se espera que sejam usados durante mais do que um período.

2011/2012 53



CONTABILIDADE GERAL II


II. As Normas Internacionais de Contabilidade


IAS 16 - Reconhecimento

Um item de activo fixo tangível deve ser reconhecidos apenas se:

- For provável que benefícios económicos associados ao elemento venham a fluir para a entidade;
- O custo do elemento possa ser mensurado fiavelmente.

2011/2012 54





CONTABILIDADE GERAL II


II. As Normas Internacionais de Contabilidade


IAS 16 - Mensuração inicial

São mensurados pelo seu custo que inclui:

- preço de compra + direitos de importação ou outros impostos de compra não reembolsáveis - descontos comerciais e abatimentos;
- outros custos directamente atribuíveis para colocar o activo no seu local e nas condições necessárias para o mesmo funcionar;
- Valor actual da estimativa de encargos com o seu desmantelamento e de restauração do local onde está localizado.

2011/2012 55





CONTABILIDADE GERAL II


II. As Normas Internacionais de Contabilidade


IAS 16 - Mensuração - Custos subsequentes

Exemplos de custos subsequentes que devem ser adicionados ao valor do activo:

- ✓ que aumentem da capacidade ou da potência;
- ✓ que aumentem da vida económica útil
- ✓ que reduzam significativamente os custos de produção
- ✓ que melhorem a qualidade do output

2011/2012 56





CONTABILIDADE GERAL II


II. As Normas Internacionais de Contabilidade


IAS 16 - Mensuração Subsequente

Existem dois modelos de mensuração:

- Modelo do custo - o activo é mensurado pelo **custo** menos depreciações acumuladas e menos perdas de imparidade acumuladas;
- Modelo da revalorização - o activo é mensurado pela **quantia revalorizada** menos depreciações acumuladas subsequentes e perdas de imparidade subsequentes.

2011/2012 57





CONTABILIDADE GERAL II


II. As Normas Internacionais de Contabilidade

IAS 16 - Mensuração Subsequente

Modelo da revalorização

- O justo valor corresponde ao valor de mercado determinado por avaliadores especializados e através da aplicação de técnicas geralmente aceites;
- As revalorizações devem ser feitas com regularidade suficiente de forma a que o valor registado no balanço não seja materialmente diferente do justo valor determinado à data do balanço.

2011/2012 58



CONTABILIDADE GERAL II

II. As Normas Internacionais de Contabilidade


IAS 16 - Mensuração Subsequente

Modelo da revalorização

- Se o justo valor é superior à quantia escriturada:
 - Aumento do valor do activo fixo
 - O aumento é um ganho que deve ser reconhecido nos **Capitais Próprios** ("Excedentes de valorização")

- Se o justo valor é inferior à quantia escriturada:
 - Diminuição do valor do activo fixo
 - A diminuição é uma perda que deve ser reconhecido em **Resultados**.

2011/2012
59



CONTABILIDADE GERAL II




II. As Normas Internacionais de Contabilidade

IAS 16 - Mensuração Subsequente

Modelo da revalorização

- A Depreciação Acumulada à data da revalorização:
 - **Reexpressar** proporcionalmente à alteração na quantia escriturada bruta do activo de modo a que a quantia escriturada após a revalorização iguale a quantia revalorizada; **ou**
 - **Eliminar** por contrapartida da quantia escriturada bruta, sendo a quantia líquida reexpressa para a quantia revalorizada.

2011/2012
60



CONTABILIDADE GERAL II

II. As Normas Internacionais de Contabilidade

IAS 16 - Desreconhecimento

- ❑ Um activo fixo tangível deve ser desreconhecido:
 - ❑ no momento da alienação;
 - ❑ quando não se esperam que fluam futuros benefícios económicos da sua utilização.
- ❑ O ganho ou a perda do desreconhecimento é reconhecido em resultados.

2011/2012 61